

# ADMINISTRAÇÃO LOCAL

## Técnicos em Administração Pública para o Brasil

LORDELLO DE MELLO

(Do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios do Paraná)

(Tese apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros)

SÔMENTE agora estamos acordando para a necessidade da formação de técnicos em Administração Pública. Na Europa e nos Estados Unidos o problema vem sendo resolvido há vários anos e escolas existem, lá, já possuidoras de tradição no campo do ensino dêsse importante ramo das ciências políticas.

Não mais resiste à experiencia e ao exemplo dos povos adiantados a noção profundamente enraizada nos costumes político-administrativos brasileiros de que a Administração Pública compete aos políticos, sendo, assim, os cargos públicos verdadeiros prêmios para os correligionários e amigos dos partidos vitoriosos.

Não pretendemos, de nenhum modo, negar a necessidade dos cargos políticos, essenciais ao próprio funcionamento do regime democrático, que é o regime dos partidos revezando-se no poder e dirigindo, dos altos postos, a vida do país. Referimo-nos, tão-somente, à necessidade de separar o político do administrativo, de delimitar o campo de ação de uma e de outra funções que, embora intimamente relacionadas, de nenhum modo se confundem. A Inglaterra e outros países da Europa há longo tempo estabeleceram a separação. Os Estados Unidos, por sua vez, seguiram-lhes as pegadas e os cinqüenta anos de seu sistema de "city-managers" têm provado a eficácia da doutrina.

A complexidade dos problemas que a Administração Pública tem de enfrentar exige a presença do técnico em Administração para assessorar e mesmo orientar o político na execução de seus programas de governo. Não é mais possível confiar no "tino administrativo" dos detentores dos cargos eletivos ou dos chefes políticos dos departamentos do governo. Daí a necessidade da formação de uma grande equipe de técnicos capazes de aplicar os ensinamentos da Ciência da Administração Pública nos moldes eficazes que essa ciência recomenda. O empirismo deve ceder lugar aos métodos racionais.

A semente já foi, felizmente, lançada ao solo. A Fundação Getúlio Vargas, no Rio, e a Universidade de São Paulo mantêm Instituto de Adminis-

tração onde funcionam cursos de Administração Pública. Esses, ainda de certo modo embrionários, apresentam, porém, promissoras perspectivas de virem a constituir poderosos núcleos de irradiação de organizações congêneres pelo país.

E' para essas perspectivas que chamamos a atenção dos estudiosos dos problemas municipais e dos interessados nêles. Porque, se o empirismo e a falta de separação entre o político e o administrativo dominam todo o cenário da nossa vida administrativa, em todos os seus escalões, é, entretanto, no município que as conseqüências do sistema se mostram mais graves, devido às diversas causas que condicionam a posição ainda rudimentar de nossas comunas como unidades autônomas de governo. Aí mais que em qualquer outra esfera é necessária a presença do administrador desapassionado, sem nenhuma política pessoal a executar. Aí se mostra mais urgente a substituição dos processos empíricos de administração pelos métodos em acôrdo com a técnica administrativa moderna. Sabemos da imensa dificuldade com que contam os nossos prefeitos do interior para resolver certos problemas administrativos como seja organizar a escrita do município, elaborar o orçamento, selecionar e dirigir o pessoal, traçar planos de administração que o seu entusiasmo de governante esboçou mas que não pode detalhar, tudo isso por não contar com a assistência de pessoas capazes, na administração local, para executar, a contento, essas tarefas específicas, que fogem ao âmbito das atividades políticas propriamente ditas. Daí a necessidade que sentem êsses prefeitos de recorrer ao auxílio de fora, geralmente da capital, para solução de problemas que, pela sua natureza, deviam ser resolvidos com os recursos da sua própria administração.

A existência dêsses dois cursos de Administração Pública é, pois, de extraordinário alcance para o melhoramento de nossos métodos e para a solução de nossas dificuldades administrativas. Mas certamente que não bastam êsses dois cursos para atender às necessidades de técnicos em administração para os serviços públicos. E' mister sua ramificação por todo o país para que a nação inteira possa dêles beneficiar-se. E que isso seja logo porque já é tempo de marcharmos ao lado de

outros povos na solução racional das questões administrativas.

Propomos, por isso, a este ilustre Congresso, seja promovida junto aos órgãos competentes a elaboração de um projeto de lei a ser apresentado à Câmara Federal sobre o desenvolvimento do estudo da Administração Pública no Brasil, e atendendo aos seguintes pontos :

a) Criação de Escolas de Administração Pública junto às Universidades Federalizadas do país;

b) Estabelecimento, dentro dessas Escolas, de cursos especiais de Administração Municipal, organizados com o fim específico de facilitar aos administradores municipais a aquisição dos conhecimentos básicos de administração local;

c) Coordenação das Universidades onde funcionarem as Escolas de Administração Pública com os órgãos dos Governos federal, estadual e municipal, a fim de possibilitar aulas e cursos de natureza prática, mediante a observação do funcionamento dos organismos e repartições públicas;

d) Abertura de crédito especial ao Ministério da Educação e Saúde para concessão de cem bolsas de estudos de Administração Pública a pessoas de formação universitária superior. Essas bolsas serão realizadas nas Universidades e Escolas estrangeiras e se destinarão ao preparo de professores de Administração Pública. Os candidatos deverão ser selecionados em todas as capitais do país, através de comissões locais, obrigando-se, cada um, depois de concluída a bolsa, a servir cinco anos como professor na escola que lhe fôr previamente designada;

e) Estabelecimento de uma subvenção especial ao Instituto Brasileiro de Administração e Fundação Getúlio Vargas, destinada ao desenvolvimento dos seus cursos de Administração Pública, que poderão vir a ser o modelo para a organização de cursos semelhantes nas nossas Universidades;

f) Cotejamento da presente tese com projetos que tratam do assunto porventura em trânsito no Congresso Federal, a fim de ser estudada a possibilidade de emendas etc.

